

História da Filosofia Acadêmica no Amazonas: do projeto político à formação docente

History of Academic Philosophy in Amazonas: from the political Project to teacher training

Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra Pinto¹

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1253>

Resumo

O artigo analisa o processo de implantação do curso superior de Filosofia no estado do Amazonas, iniciado no final da década de 1950, a partir da contextualização sociopolítica e da institucionalização da Filosofia nas universidades brasileiras. A criação do curso em Manaus está vinculada à fundação da Faculdade de Filosofia, formalizada pela Lei n.º 71, de 28 de dezembro de 1958, marco que inaugura oficialmente a atividade filosófica universitária no estado. Com base em fontes documentais e depoimentos, o estudo descreve os modos de funcionamento do curso, os desafios enfrentados nas décadas iniciais, e recupera elementos autobiográficos de professores pioneiros, enfatizando as dificuldades materiais e intelectuais para o desenvolvimento da reflexão filosófica no contexto amazônico. A principal contribuição do trabalho consiste em registrar e problematizar a presença histórica da Filosofia na região Norte, destacando seu papel na formação docente e na constituição de um pensamento acadêmico com impacto regional e nacional.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Ensino Superior. Amazonas.

¹ Professora Associada IV do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF-UFAM) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFAM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9633-7470>. E-mail: serrapinto.m@gmail.com.

Abstract

This article analyzes the establishment of the undergraduate Philosophy program in the state of Amazonas, which began in the late 1950s, within the broader context of the sociopolitical landscape and the institutionalization of Philosophy in Brazilian universities. The creation of the program in Manaus is linked to the founding of the Faculty of Philosophy, formally established by Law No. 71 on December 28, 1958, marking the official beginning of university-level philosophical activity in the state. Drawing on documentary sources and personal accounts, the study examines the program's operational dynamics, the challenges faced during its early decades, and the autobiographical elements of pioneering professors. It emphasizes the material and intellectual obstacles to fostering philosophical thought in the Amazonian academic environment. The article contributes to the historical understanding of Philosophy's presence in northern Brazil, highlighting its role in teacher training and in shaping academic thought with both regional and national impact.

Keywords: Education. Philosophy. Higher Education. Amazonas.

Introdução

A atividade filosófica esteve, de algum modo, historicamente vinculada à criação das universidades europeias, a partir dos séculos XI e XII, cujo advento representou um avanço na consolidação de valores da cultura ocidental, inserido em um movimento contínuo de renovação intelectual (Teixeira, 1968, p. 21). Ao longo dessa trajetória, a universidade, enquanto centro de saber e busca da verdade, tornou-se palco de diversas orientações metodológicas - desde o pensamento especulativo, o comentário e a exegese, até sua associação ao renascimento científico, que deu origem ao modelo de universidade moderna, de caráter utilitarista e voltada para aos problemas da sociedade propriamente dita. Nessa espiral de fatos, a nascente ciência experimental ainda estava vinculada à filosofia, compreendida como um desdobramento abrangente do conhecimento humano.

A universidade medieval surgiu vocacionada para ser um centro de saberes voltados à herança cultural e pedagógica legada pelas Letras Clássicas, cuja formação intelectual era inspirada no programa de disciplinas do *Trivium* e do *Quadrivium*. No entanto, é importante destacar que, mesmo com o cultivo da latinidade, havia preocupações práticas relacionadas à formação profissional do clérigo, dos juristas e dos médicos, incluindo capacitação de funções relevantes no tecido social. Assim, as

universidades passaram a constituir-se como centros significativos de produção e irradiação de saberes, os quais, somando-se aos campos iniciais de estudo, integraram-se cada vez mais ao contexto político moderno, uma vez que as decisões relativas ao funcionamento universitário sempre estiveram submetidas aos interesses das elites dirigentes.

Na primeira seção deste trabalho, traça-se um panorama sobre a constituição do contexto universitário nacional. Dá-se ênfase à transição dos séculos XIX para o XX, com a análise das motivações políticas e sociais que levaram o Brasil a se engajar no movimento de incentivo à criação do ensino superior. Sabe-se que essa realidade já era experimentada por países europeus desde séculos anteriores, período em que ainda se delineavam concepções sobre o que viria a ser, de fato, o ensino universitário e quais seriam suas funções nos quadros do Estado nacional. Além disso, o modelo de universidade moderna, emergente no século XIX e centrado na pesquisa, confrontava-se com o modelo medieval, voltado à especulação filosófica e teológica.

A consolidação do ensino superior brasileiro nos dois últimos séculos resultou de uma complexa correlação de forças e interesses ambíguos das elites locais. Se, por um lado, havia a necessidade de formar quadros humanos para o exercício profissional, capazes de atender às exigências de uma sociedade em formação; por outro, observa-se que, nos quatro séculos que antecederam o movimento de emancipação política da colônia, não houve registro de criação de nenhuma universidade no Brasil. Apenas projetos foram esboçados, o que contrasta com a colonização espanhola, que instituiu o ensino universitário no México já em 1551. No Brasil, as diretrizes da política colonial limitaram-se à criação de cursos de preparação militar, sem caráter acadêmico, destinados à formação de bacharéis em Medicina, Direito e Engenharia.

Ribeiro (1997, p. 248), sociólogo comprometido em mitigar as desigualdades de classe e cujo envolvimento com o ensino universitário brasileiro foi marcante enquanto educador e articulador político, elaborou um “diagnóstico cru e uma crítica veraz” (como ele mesmo afirma), geradora de enorme repercussão na época, às características das escolas superiores no Brasil. Além da estreiteza da administração colonial, frequentemente acusada de má vontade em relação à criação das universidades, havia ainda a recusa em aglutinar as escolas superiores existentes, impedindo que elas se

organizassem como uma federação integrada de escolas profissionais. Tal fragmentação condenava essas instituições ao isolamento e à burocratização, privando-as de interações frutíferas com outras instituições.

No que se refere aos planos de estudo, frequentemente marcados por um caráter enciclopédico — isto é, amplos, mas pouco aprofundados —, observa-se a inabilidade para dominar e aplicar os saberes científicos e humanísticos modernos com vistas à resolução dos problemas nacionais. A ausência de programas de pós-graduação voltados à formação do magistério universitário também configurava um obstáculo considerável. A dinâmica de funcionamento das instituições superiores no Brasil esbarrava, portanto, em uma série de entraves decorrentes da tardia institucionalização do ensino superior no país. No campo da filosofia, esse processo se deu de maneira particularmente desigual, com ritmos distintos de desenvolvimento entre os diversos centros de ensino, gerando assimetrias que ainda se fazem presentes.

Na segunda seção, problematizam-se os fatores políticos e acadêmicos que culminaram na criação da Faculdade de Filosofia do estado do Amazonas, ao final da década de 1950, acompanhada de reflexões sobre os protagonistas que idealizaram o processo como o insigne cômico Walter Nogueira, professor, jornalista, jurista e membro da Academia Amazonense de Letras e o governador Gilberto Mestrinho de Medeiros, o homem de Estado mais marcante da região norte do Brasil e amantíssimo cultivador das ciências humanas, cujo empenho político foi fundamental para que a filosofia acadêmica florescesse na cidade de Manaus. São também rememorados os professores da primeira geração, por meio dos relatos de alguns alunos que, posteriormente, vieram a ocupar as cadeiras do curso de Filosofia. Destaca-se, ainda, a participação ativa e o engajamento político dos estudantes nos anos de intensificação do autoritarismo durante a ditadura militar, fato que representa um lado relevante na história do movimento estudantil amazonense.

O trabalho encerra-se com uma homenagem aos docentes que marcaram a história do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas, com destaque para a professora mestra Maria Matilde Côrrea Hosannah da Silva, cujo talento filosófico e excelência acadêmica se revelaram em sua prática docente. Seu magistério foi responsável pela formação de várias gerações de estudantes, muitos dos quais

vieram a integrar a carreira docente do próprio departamento. Pelo zelo e pela capacidade de envolver os licenciandos na reflexão filosófica, a atuação da professora Maria Matilde pode, sem dúvida, ser inscrita na história do ensino de filosofia no Brasil.

Universidade para quê? A inserção do ensino superior no Brasil e suas implicações

Nesta seção será traçado um breve panorama da formação do ensino superior no Brasil, inicialmente de inspiração jesuítica, empenhado no ensino dos valores humanísticos. De acordo com Martins (2002, p. 2), as primeiras escolas de ensino superior no Brasil foram fundadas em 1808 com a vinda da família real portuguesa para a colônia. Na ocasião, foram criadas duas escolas de Medicina, uma em Salvador e a outra no Rio de Janeiro, juntamente com a Academia da Guarda Marinha. Essas primeiras escolas de Medicina, posteriormente, vieram a dar origem às universidades federais das duas capitais e à Academia da Guarda, resultando na Escola Nacional de Engenharia da UFRJ. Lentamente, o ensino superior no Brasil foi se avolumando com a criação de escolas a fim de contemplar outras modalidades do saber, como as escolas agrícolas e os liceus de artes e ofícios. Todos eles voltados para o ensino técnico profissional dentro de faculdades isoladas, com vistas a assegurar aos jovens da elite um diploma que os habilitasse à ocupação de vagas em postos privilegiados dentro de um mercado de trabalho restrito.

Teixeira, educador e intelectual brasileiro, defensor intransigente da educação pública, gratuita e de qualidade (1968, p. 25) registra, em discurso endereçado ao parlamento brasileiro no final dos anos cinquenta, que na história do ensino superior no Brasil, sempre houve resistência à ideia de universidade. No período da colônia não fora criada nenhuma instituição de ensino superior, seguindo-se à monarquia que contou com quarenta e dois projetos, sem que nenhum vingasse de fato, indo de José Bonifácio, um dos int a Rui Barbosa. Os argumentos para justificar essa ausência assentavam-se na defesa da criação de uma universidade voltada para o futuro e para os problemas modernos da ciência e da pesquisa, alicerçada na crença de que o Brasil era um país do futuro e não deveria perder tempo com o modelo de estudos clássicos voltados para o

passado. Ressalte-se que Dom Pedro II, um monarca ilustrado, não manifestou interesse em criar nenhuma universidade.

A chegada do período republicano também não trouxe nenhum projeto de universidade ao Brasil. Vale o destaque de que em 1920, no Rio de Janeiro, quatro escolas de nível superior recebem essa nomenclatura, mas a implantação via decreto ocorre somente em 1937. Registre-se também, nessa década, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, conforme a citação de Teixeira (1968, p. 27), a respeito da fala do Conselheiro A. de Almeida no Congresso sobre Educação em 1882: “Esta universidade, pois, criada no Brasil em 1920, é o primeiro arremedo de universidade que o País tem. Nós estávamos presos à tradição do ensino superior profissional utilitário, destinado a habilitar para o exercício de uma profissão”.

Somada à resistência de criação das universidades brasileiras em virtude das concepções dissonantes em torno da utilidade e da função do ensino superior, havia ainda a limitação dos recursos orçamentários do governo central. De acordo com Martins (2002, p. 4), no final do século XIX, o Brasil contava com apenas vinte e quatro escolas superiores, somente com a Constituição da República de 1891 é que a iniciativa privada, administrada pelas elites locais e pelas instituições confessionais, por amparo legal, criaram suas faculdades, elevando significativamente a oferta do ensino universitário.

Na década de 30, o governo de Getúlio Vargas promove uma ampla reforma educacional, autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades que deveriam se organizar em torno de um núcleo constituído por uma Escola de Filosofia, Ciências e Letras. A partir disso, houve a abertura de uma série de escolas dessa natureza, como foi o caso da criação da Faculdade de Filosofia do Amazonas em 1959, por meio do Decreto n.º 71, sancionado pelo Governador do Amazonas Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, cujas condições de engendramento, trataremos detalhadamente na próxima sessão.

Nos anos subsequentes, com mais precisão, o período correspondente a 1945 e 1968 foi marcado por disputas entre lideranças laicas e católicas pelo controle da educação, acrescidas do movimento nacional de lutas dos estudantes e professores na defesa do ensino público e da construção do modelo de universidade oposto às escolas

isoladas, implicando na eliminação do setor privado responsável por imprimir caráter elitista à universidade. Com a instauração do regime militar, em 1964, houve a desmobilização dessas forças e uma expansão consequente do setor privado, sobretudo, a partir dos anos 70. Segundo Teixeira (1968, p. 33), as sociedades latino-americanas, especialmente a brasileira, eram sociedades que até a 1.^a Guerra Mundial se desenvolviam muito lentamente, dado que as oligarquias, cuja cultura europeia buscavam imitar, possuíam um gosto especial pela cultura geral em oposição à cultura científica.

As escolas de Medicina, Engenharia e Direito eram as maiores do país e seu perfil acadêmico mais voltado para a absorção das inovações metodológicas e tecnológicas do mundo moderno foram mais velozes, se comparadas aos demais cursos. Cumpre observar, segundo Teixeira (1968, p. 38), que o mesmo não aconteceu com as escolas de Filosofia, Ciências e Letras, devido ao caráter enciclopédico dos seus cursos. Quando essas escolas foram criadas, sua missão era introduzir o ensino universitário das disciplinas em seu aspecto acadêmico e não profissional. Contudo, essa função não foi viabilizada, porque faltaram modelos acadêmicos para esse tipo de ensino, o que provocou o surgimento dessas escolas, acompanhadas de missões estrangeiras de professores financiadas pelos governadores dos estados brasileiros.

Por certo, como não se criou o ensino pós-graduado, as melhores escolas de filosofia, ciências e letras ensaiaram a especialização no campo das letras e das ciências, dando início ao preparo de cientistas nos campos das ciências físicas e naturais e das ciências sociais e de especialistas no campo das letras. Nenhuma escola se fez (sic), porém, centro de pesquisas ou de estudos avançados nesses campos, ficando, geralmente, concentrada nos cursos de quatro anos de preparo do professor secundário [...]. Não só a escola de filosofia não se integrou na universidade, como não realiza sua função, como não expande seu ensino além dos três ou quatro anos de seus pequenos cursos (Teixeira, 1968, p. 39).

Desse modo, constatamos, segundo Teixeira (1968), que a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras tinham como função principal o exercício do papel de escola profissional de formação do magistério secundário. Outro aspecto constituinte do perfil das escolas universitárias de ensino superior, como as Faculdades de Filosofia, Ciências e Artes, abertas em todo o território nacional, foi o fato de não conseguirem escapar ao isolamento e à independência das demais escolas profissionais

caracterizadas como uma confederação de centros de ensino independentes. Essa foi a marca do funcionamento acadêmico das escolas profissionais que não aceitavam o oferecimento da formação propedêutica que, em tese, seria oferecido pelas Faculdades de Filosofia. De tal forma, elas tiveram que concentrar a formação acadêmica dos seus especialistas em Letras, Ciências e Filosofia.

Ainda sobre a criação do ensino superior no Brasil, sobretudo a criação das Faculdades de Filosofia no Brasil, é interessante observar a revisão histórica de Costa (2023), cujo objetivo foi problematizar o processo de institucionalização e autonomização do ensino de filosofia no Brasil. Para o autor, há quatro períodos distintos com suas principais características que correspondem às estruturas ideológicas hegemônicas.

A partir do início da colonização portuguesa, a ideologia religiosa dominou o primeiro período com a Fundação do Colégio da Companhia de Jesus em 1556, estendendo-se até à chegada da família real ao Brasil em 1808. As aulas de filosofia, nesse período, sofreram influências que passaram desde o tomismo escolástico indo até as reformas promovidas pelo Marquês de Pombal com as suas Aulas Régias, influenciadas pela corrente de pensamento iluminista, destacando-se o Seminário de Olinda com seus intelectuais.

O segundo período (1827-1934) corresponde à abertura das primeiras instituições de ensino superior no Brasil com destaque para as Faculdades de Direito em São Paulo e no Recife e a criação dos cursos de Medicina e Engenharia no Rio de Janeiro e em Salvador. Além da formação de todos esses bacharéis, a Faculdade de Direito do Recife foi responsável, particularmente, pelo desenvolvimento das ideias filosóficas no Brasil (Reale, 1976 *apud* Costa Neto, 2023, p. 165). Por fim, a partir de 1910 foram ensaiadas as primeiras tentativas de criação de diferentes universidades no Brasil.

O terceiro período foi marcado pela criação e consolidação das Faculdades de Filosofia no Brasil (1934-1970) que se inicia com a fundação da Universidade de São Paulo e conclui com a criação dos primeiros programas de pós-graduação na década de 70. O engajamento político, vivenciado nas décadas que antecederam e sucederam à ditadura militar, em muito contribuiu para enriquecer o debate acerca da precariedade

das universidades brasileiras. De acordo com Ribeiro (1997, p. 298), uma proposição utópica passou a ser a tábua de contraste a partir da qual se media a mediocridade da universidade existente.

Os desdobramentos e características dos últimos dois períodos serão pontuados em outros momentos do trabalho. O destaque do terceiro período, além da criação das Faculdades de Filosofia (em 1959 já se contava mais de cinquenta no Brasil), foram os dois institutos de ensino e pesquisa em Filosofia: *i)* O Instituto Brasileiro de Filosofia (1949) em São Paulo e *ii)* O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955) no Rio de Janeiro, responsáveis pela difusão, promoção de seminários e congressos e pela editoração de obras. Por fim, com a abertura da pós-graduação em filosofia, nível de mestrado e doutorado, consolida-se o processo de institucionalização do ensino de filosofia no Brasil.

Além da organização da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, a ANPOF serve de suporte aos estudiosos para apresentarem os resultados de suas produções teóricas, marcadas pela pluralidade de correntes temas e com critérios próprios de avaliação (Costa Neto, 2023, p. 170).

Assim, demonstrou-se como alguns aspectos historiográficos foram decisivos para a edificação das escolas superiores em território nacional com todos os seus desdobramentos formativos de mão de obra qualificada, capaz de suprir as necessidades do país.

A formação da Faculdade de Filosofia no Amazonas

Nesta seção, objetiva-se expor as condições políticas e econômicas propícias à criação da Faculdade de Filosofia no Amazonas no final dos anos cinquenta. Destaca-se o protagonismo de alguns políticos e intelectuais na condução do processo movido pelo interesse em aprimorar o perfil da educação no contexto regional e posicionar o Amazonas em patamar de correspondência intelectual aos demais estados da federação.

De início, o contexto da transição do século XIX para o século XX, no período econômico de exploração da borracha, a formação social da Amazônia ganhou

contornos de grande desenvolvimento cultural e científico como consequência do capital internacional aplicado na atividade gomífera.

Seguindo essa trilha de desenvolvimento, em 1896 foi criado o Clube da Guarda Nacional, que daria origem à Escola Militar Prática do Amazonas. Ela, no ano seguinte, passou a se chamar Escola Universitária Livre de Manáos, sob o governo de Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, responsável pela assinatura da Lei n.º 601. Os cursos foram instalados no mês de março de 1910, dando início aos processos sociais de formação científica e tecnológica no estado que, por sua vez, encontravam-se na esteira dos movimentos de urbanização da cidade de Manaus e da ampliação da escolarização dos amazonenses (Silva; Monteiro; Dantas, 2021, p. 21839).

Por razões variadas, a Universidade de Manaus, nomenclatura aferida em 1913, deixou de existir em 1926 e os cursos existentes foram organizados no formato de unidades isoladas de ensino, resguardando a dinâmica da estrutura organizativa do ensino superior nas demais unidades da federação. Conforme visto na seção anterior, tal dado reforça a tese de que a criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930, foi o primeiro modelo de universidade brasileira a seguir continuamente. Desde sua fundação, criou-se uma estrutura de funcionamento coesa e capaz de aglutinar cursos diferenciados sob a mesma administração.

De acordo com Silva; Monteiro; Dantas (2021, p. 21839), os cursos de Direito, Odontologia e Agronomia foram remanescentes da Universidade de Manaus. Nesse contexto, podemos destacar o curso de Direito como o mais longo, tendo sido incorporado na década de 1960 à Universidade Federal do Amazonas, fato que justifica uma versão historiográfica local e faz a defesa da Universidade Federal do Amazonas, como centenária, reclamando para si, o título de universidade mais antiga do Brasil. Passados 39 anos de descontinuidade, após a desativação da Universidade de Manáos, finalmente, por meio da Lei Federal n.º 4.069 de 17 de janeiro de 1965, foi criada a Universidade Federal do Amazonas, como fundação de direito público e mantida pela União. No entanto, a existência da Faculdade de Filosofia já antecede à Universidade, por ter sido criada no final da década de cinquenta, temática central desta seção, a qual passamos ao seu desenvolvimento.

Todo o esforço empreendido a fim de suprir o atraso do Amazonas, na área da educação, partiu dos modos de compreensão sobre a realidade amazônica e do vislumbre de projetos civilizatórios elaborados por autores, dirigentes e intelectuais que protagonizaram políticas de educação e cultura nos anos de criação do ensino superior no Amazonas. Daí, considerarmos valioso, nesta etapa do trabalho, a menção a essas personalidades públicas na construção da comunidade científica na região norte do país.

Noronha (2021, p. 69), em seu ensaio sobre a formação escolar e universitária no Amazonas, posiciona Álvaro Botelho Maia, político e escritor consagrado como um defensor obstinado pela Reforma Gustavo Capanema, de 1942, como uma saída exitosa para o atraso no qual se encontrava o ensino secundário, com suas taxas altíssimas de reprovação. Segundo Maia, a garantia da unidade nacional deveria ser promovida pela educação pública, o que implicaria uma organização política moderna e capaz de conferir importância atribuída ao Estado e à região neste momento do Amazonas e do Brasil.

Outros atores sociais importantes encontram-se atrelados à ideia do projeto de criação da Faculdade de Filosofia, que já vinha sendo acalentado, desde a década de 40, pela Arquidiocese de Manaus. No entanto, a concretização deu-se somente em 28 de janeiro de 1959, por meio da Lei n.º 71, sancionada pelo então governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, idealizador do projeto, que tendo exercido vários mandatos políticos, a nível local e federal, compartilhava com Maia a tarefa de elevar o nível de conhecimentos dos estudantes secundaristas amazonenses e aumentar a oferta de cursos superiores.

Esse esforço foi realizado com a colaboração de vários entusiastas, entre os quais Cônego Walter Gonçalves Nogueira, sacerdote diocesano, responsável pela concepção institucional do curso e pela elaboração do Projeto Pedagógico. O religioso mantinha com Gilberto Mestrinho relação de intimidade e confiança no compartilhamento das suas gestões públicas, uma vez que foi nomeado Secretário de Educação e Cultura no seu primeiro governo e responsável também pela criação do Instituto de Tecnologia do Amazonas, hoje incorporado pela Universidade do Estado do Amazonas.

Vale a ressalva de que o prestígio do cônego se estendia também graças à sua rede pessoal de amizades que eram favoráveis às suas propostas, tais como Dom Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima. O governador Mestrinho pronunciou-se sobre o episódio de criação da Faculdade de Filosofia em entrevista concedida à Torres, manifestando seu entusiasmo por essa parceria profícua com o religioso

- Quando eu assumi o Governo chamei logo o Cônego Walter e disse-lhe: olha Cônego, nós temos que criar urgente a Filosofia para preparar professores para o ensino secundário que estava péssimo, o ginásio estava lá embaixo. Valia a pena criar o curso de Filosofia. Qual foi a reação do Cônego Walter? - Foi de acolhida imediata à minha proposta. E as coisas foram andando, eu só sei que rapidamente a Faculdade de Filosofia foi criada (Torres, 2022, p. 128).

Na sequência, um aspecto que não se pode desconsiderar é a contribuição de Gilberto Mestrinho, que já tomara acento em cargo administrativo nos governos de Plínio Ramos Coelho, antes de vir a ser eleito também governador do Estado do Amazonas. Nessa época, viveu-se todo o clima de efervescência política e cultural que marcou a passagem da economia extrativista para a reorganização do mercado internacional com medidas de abertura ao capital estrangeiro. As consequências dessas mudanças trouxeram para a cidade de Manaus a instalação do parque industrial denominado de Zona Franca, dando início, em larga escala, ao processo de urbanização da cidade.

Em relação à federação nacional, em 1962, o Conselho Federal de Educação já havia aprovado o Parecer n.º 277/62, o qual estabelecia o currículo mínimo dos cursos de graduação em filosofia no Brasil. A candidatura de João Goulart à presidência, engajava-se, cada vez mais, nas Reformas de Base e defendia a expansão da educação pública (Noronha, 2021, p. 72).

No Amazonas, Cônego Walter Nogueira detinha clareza da necessidade de reorganizar a educação pública e de combater o provincianismo no norte do país. Em parceria com Gilberto Mestrinho, promoveram a mobilização de lideranças políticas em busca de apoio financeiro para o ensino superior, bem como conquistaram o reconhecimento junto ao Ministério da Educação dos cursos remanescentes da antiga Escola Universitária Livre de Manaus e dos outros cursos que surgiram depois. É

importante destacar o apoio fundamental do Senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho à lei que criou em 1962 a Universidade do Amazonas.

A escolaridade amazonense elevou seu nível intelectual com a criação das faculdades isoladas, cujo remate institucional ocorreu com a refundação da Universidade do Amazonas, coroando os esforços políticos do governador Gilberto Mestrinho e as suas inspirações em relação à melhoria do campo educativo. Na aula inaugural da Faculdade de Filosofia, o político enfatizou como a ausência dos cursos superiores descontinuados foram um fator de atraso para a construção do projeto civilizatório moderno. Daí o seu empenho pessoal em alterar esse quadro. Em entrevista realizada por Torres, têm-se relato de tal processo:

Eu conversei com o Almino Afonso sobre a Universidade do Amazonas que era um projeto do deputado Arthur Virgílio Filho. O Almino era deputado federal e era o líder na Câmara. Então, ele me disse: olha, eu vou levar esse projeto. Só sei que ele apresentou o projeto e aprovou relâmpago na Câmara, e foi para o Senado e ficou com o Arthur Virgílio Filho que tomou conta dele no Senado. Em seguida o Senado aprovou o projeto criando a Fundação Universidade do Amazonas, porque não podia criar diretamente a Universidade do Amazonas (Torres, 2022, p. 132).

Foi o Governador Mestrinho quem assinou o ato de constituição da Fundação Universidade do Amazonas no seu governo, concretizando assim uma das suas aspirações para o Amazonas. Em seguida, com a tomada de poder pelos militares, os cursos superiores criados em Manaus ganharam contornos e desdobramentos variados. O curso de Filosofia destinado, em sua origem, a formar licenciandos, hoje soma mais de sessenta anos de idade, sua história ainda é rememorada com nitidez por alguns integrantes das primeiras turmas que se tornaram professores do curso e hoje gozam da aposentadoria.

Vale destacar o Professor Titular João Bosco Araújo, psicólogo e filósofo por formação, cujo prestígio no meio acadêmico fez dele o primeiro diretor eleito pela comunidade universitária do Instituto de Ciências Humanas e Letras e o primeiro reitor eleito e não empossado nos anos de chumbo da Ditadura Militar, pela defesa das suas posições críticas, diversas vezes manifestadas. Um exemplo foi o episódio ocorrido em 1980, quando conseguiu impedir que a Polícia Federal invadisse e prendesse os estudantes reunidos em assembleia.

Acrescenta-se que, além dele, mais cinco professores do departamento de filosofia atuaram como diretores eleitos à frente da Faculdade de Filosofia, são eles os professores Gedeão Amorim, Nelson Noronha e as professoras Freida de Souza Bittencout e Maria Hercília Tribuzy.

Nas suas lembranças acerca da presença da Filosofia no Amazonas, o Prof. João Bosco Araújo relembra que, antes da criação da faculdade, já existia a cátedra de filosofia nos colégios públicos e privados de ensino secundário como o Colégio Amazonense Dom Pedro II e o Colégio Dom Bosco, sendo o último pertencente à iniciativa privada e administrado pela Ordem Salesiana. Ambas as instituições de ensino foram responsáveis pela formação básica de várias gerações de políticos, advogados, médicos e intelectuais. Cônego Walter Nogueira, como lembra o professor, ocupava as cadeiras de Filosofia e Língua Grega.

Outro centro difusor de conhecimento filosófico era o Núcleo de Estudos Filosóficos do Seminário Diocesano São José, no qual a formação sacerdotal no Seminário Maior compreendia 4 anos de filosofia e 4 anos de teologia. Por fim, é mencionada a importância histórica e cultural da fundação da Faculdade de Filosofia, conforme afirma o professor:

Na verdade, a Faculdade de Filosofia foi instituída em 1959 pelo Governo do Estado do Amazonas e teve deflagrado o seu funcionamento em 1961, a dividir com a Faculdade de Ciências Económicas o mesmo prédio da Rua José Paranaguá. O santo desse milagre foi o já mencionado Cônego Walter Gonçalves Nogueira, que utilizou seu prestígio pessoal e a força do seu cargo de Secretário de Estado da Educação e Cultura para mobilizar e dirigir as forças do Governo do Estado em tal direção. O modelo foi tomado das universidades alemãs, onde as Faculdades de Filosofia preservavam a tradição de abrigar, além da própria Filosofia, várias outras áreas do conhecimento. Por isso, a nossa começou com as graduações em Filosofia, em Matemática e em Pedagogia, para depois se expandir para a Química, para as Letras e alhures. Assim, foi depois renomeada como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, designação bem mais adequada (Araújo, 2021, p. 4).

O depoimento do Prof. Araújo ilustra com um exemplo a discussão que houve no Brasil acerca dos modelos pretendidos na criação dos cursos superiores, cujos currículos acentuavam os estudos clássicos, valorizando a herança greco-romana, ou a investigação e a pesquisa nos moldes da nova universidade proposta pela tradição alemã, moderna e utilitária (Teixeira, 1968, p. 22).

Há de se destacar a dedicação amorosa do prof. João Bosco ao exercício filosófico. Essa postura desdobrou-se no fascínio de seus alunos, conforme foi relatado pelas professoras Maria Matilde Côrrea Hosannah da Silva e Maria Hercília Tribuzy de Magalhães Cordeiro, ambas jovens estudantes da terceira turma do curso e, posteriormente, ingressantes como professoras de carreira no departamento de filosofia nos anos 70.

Juntamente com o Prof. João Bosco, outros professores marcaram a vida acadêmica das estudantes, tais como Cônego Walter Nogueira, André Araújo, Pe. Argentino Cescon, Pe. Luís de Lima Ruas (afastado durante algum tempo do curso por problemas políticos), Maria Enedina Hosannah da Silva, Orígenes Martins, Josef Anton Dorner, influenciador direto pela escolha da disciplina Lógica, ministrada pela Profa. Hercília Tribuzy durante sua carreira, entre outros.

O zelo, a disciplina e a competência acadêmica das professoras também fizeram com que elas ocupassem lugar de destaque no cenário filosófico da cidade de Manaus. Mesmo depois de aposentadas da Universidade Federal do Amazonas, nos anos 90, continuaram contribuindo com a educação superior amazonense. Em suas memórias, Profa. Maria Hercília afirma que já havia se decidido pela filosofia quando ainda exercia o ensino secundário, em função da admiração pela matéria promovida e experimentada em sala de aula. Em 1966, colou grau com mais nove estudantes do sexo feminino, alunas que se tornaram, mais tarde, suas colegas de departamento. Essa quantidade expressiva de mulheres dentro do processo de institucionalização da filosofia no Amazonas chama atenção, pelo fato desta profissão universitária continuar sendo, até os dias atuais, majoritariamente masculina.

Nos anos 60, o ingresso no curso se dava por meio do vestibular, cuja avaliação ocorria por meio de provas orais e escritas nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira e História da Filosofia. Já se exigia do vestibulando certo conhecimento prévio em filosofia, a estrutura curricular do curso era organizada pelo regime seriado anual, contando com quatro disciplinas por período. A dificuldade para ter acesso aos livros era um dos maiores entraves enfrentados pelos alunos, bem como a ausência de estudos pós-graduados, para quem desejasse prosseguir nos estudos, conforme o relato da Profa. Maria Hercília.

[...] a primeira dificuldade, que remonta aos tempos estudantis, era quanto à bibliografia pois ainda não contávamos, na Faculdade, com uma biblioteca que atendesse nossa demanda e o desafio que se nos apresentava era buscar meios de superá-la. Neste sentido, gostaria de registrar meu agradecimento ao Professor João Bosco Araújo e André Araújo, meus amados e inesquecíveis mestres, que nos permitiam o acesso à biblioteca particular de suas residências, onde podíamos fazer consultas, leituras e até copiar (à mão) pequenos textos para atender nossas necessidades de estudos. A segunda dificuldade era a inexistência em Manaus de pós-graduação *stricto sensu*, e meu desejo era prosseguir os estudos, razão que me levou a concorrer, graças a Deus com êxito, a uma das poucas vagas do curso de Mestrado, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, no ano de 1972. Foi para mim um grande desafio! Muito feliz cursei e conclui o mestrado. Contudo, durante sua realização, enfrentei uma terceira dificuldade, bastante desafiadora: a dificuldade financeira. Como a PUC é uma instituição privada, o curso era pago e meu salário da UFAM era correspondente a um salário de 12 horas semanais, e não recebi nenhuma bolsa de estudos (Costa, 2021, p. 4).

Apesar das políticas de incentivo à pós-graduação serem ainda insuficientes, vencidas todas essas dificuldades, rendeu à professora a realização do magistério filosófico. Cabe aqui destaque para a extensa lista de trabalhos administrativos exercidos dentro e fora da Universidade Federal do Amazonas pela Profa. Maria Hercília, que ocupou postos como o de Chefe do Departamento de Filosofia, Pró-Reitora de Ensino de Graduação, Conselheira Estadual de Educação, Reitora de uma das maiores universidades privadas do Amazonas, Assessora Especial da Secretaria de Educação do Amazonas e participe dos projetos de elaboração e criação de mais duas universidades, uma pública e a outra privada, além da Chefia de Gabinete de um dos reitores da Universidade Federal do Amazonas (Costa, 2021, p. 6-7).

A presteza administrativa, uma das características da carreira da Profa. Maria Hercília Tribuzy, ao promover intervenções em outras instâncias públicas, no que concerne à educação básica e ao ensino de filosofia, também foi repetida por alguns professores do curso. Cito a Profa. Freida de Souza Bittencout, ingressante em 1967, que também esteve no exercício da Secretaria Estadual de Educação e à frente da direção do Instituto de Ciências Humanas e Letras no decorrer da sua carreira.

Esse perfil de dinamicidade administrativa também se repete na carreira do Prof. Gedeão Timóteo Amorim, iniciante da vivência filosófica como aluno e, posteriormente, ingressando como professor na universidade entre as décadas de 70 e

80. Foi coordenador de curso, chefe de departamento, diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras, assumiu a Pró-Reitoria de Extensão, foi Secretário de Educação, vereador e deputado federal pelo Amazonas. Além disso, esteve à frente de uma das reformas curriculares do curso de filosofia que criou o bacharelado na década de 1980. Dentre as dificuldades da educação, o professor cita a carência de professores, que na época comprometia a qualidade da formação dos estudantes de Ensino Básico:

Os licenciados em Filosofia eram autorizados a ministrar o ensino em diversas matérias no Ensino Básico, dada a carência de profissionais para as disciplinas específicas de seus currículos. Iniciei o Curso de Filosofia em 1977 e comecei a dar aulas no terceiro período de formação. Isso também dada as mesmas condições da falta de professores; portanto, iniciei minhas atividades de docente no Ensino Básico em 1978. Na UFAM, iniciei minhas atividades docentes, como professor colaborador em 1984, tendo me efetivado por concurso em 1987 e me aposentei em 2013, perfazendo um total de 29 anos de UFAM. A escolha pelo curso de filosofia decorreu da possibilidade de encontrar, no nível superior, o esclarecimento necessário para a compreensão da realidade. O Curso de Filosofia da UFAM nos idos de 1970 fazia parte do velho Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL, num contexto de limitações de liberdades políticas e acadêmicas, com ostensivo patrulhamento ideológico. Nossas referências bibliográficas eram elementares, manualescas, e nossos mestres que, quando não professavam o pensamento oficial, eram dissimulados face às ameaças. Então, éramos um curso precário numa Universidade emergente no norte do Brasil, sem professores pós-graduados, sem pesquisa, portanto; e num ambiente político policialesco (Costa, 2021, p. 11).

Refletem-se, assim, no depoimento do Prof. Gedeão Amorim, quando do seu período de formação, os poucos incentivos voltados para políticas de pesquisa e a completa ausência dos cursos de pós-graduação nos anos 70 na Universidade Federal do Amazonas. A distância entre Manaus e as grandes capitais sudestinas, onde se concentram os cursos de filosofia *Strictu sensu*, também se constituía como entrave para os professores, principalmente, pela ausência de bolsas, em alguns casos, como relatou a Profa. Maria Tribuzy que fez seu curso de mestrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ainda sob a administração do Prof. Amorim, juntamente com os esforços dos demais professores do departamento de filosofia, houve a primeira oferta de um curso de Especialização *Lato Sensu* em Teoria do Conhecimento e Filosofia Política no período noturno (1988), inaugurando os primeiros esforços de institucionalização da Pós-Graduação *Lato Sensu*. Até o momento presente, foram oferecidos nove cursos

dessa natureza pelo departamento de filosofia, cuja busca pelo preenchimento das vagas, além de atender à comunidade filosófica, recepciona estudantes de outras áreas afins. Desse modo, cumpre o seu papel de qualificar o trabalho de profissionais liberais no mercado de trabalho.

Não obstante, o curso de filosofia estar inteiramente voltado para a formação de professores, oferecendo modalidades de licenciatura e bacharelado durante todos esses anos de existência, o perfil dos discentes sempre foi eclético, pois recebia jovens recém saídos do Ensino Médio e profissionais liberais experientes e já alocados no mercado de trabalho como juristas, médicos, artistas, entre outros, além daqueles que ainda não sabiam em qual área iriam atuar e depositavam na filosofia a esperança de que essa verdade fosse revelada. O fato é que a classe estudantil filosófica no Amazonas se destacou desde o início da criação do curso, conforme nos conta a Profa. Matilde Hosannah em entrevista a Silva:

O Curso de Filosofia agregara muitos jovens e também senhores procurando refletir sobre a sociedade e os problemas brasileiros. Já no meu primeiro ano de estudo, em 1963, a segunda turma procurou enfrentar esses problemas com a criação do Diretório Acadêmico. Eu já não estava mais em Manaus, quando foi fundado o Diretório Acadêmico “Aristóteles de Estagira”, dos alunos do Curso de Filosofia. As informações que trago eu soube por meio da minha irmã Maria José Corrêa Hosannah da Silva, aluna do terceiro ano do Curso e secretária do Diretório. Estava à frente desse grupo, Jorge Humberto Barreto, mais tarde Professor e Diretor da Escola Técnica Federal do Amazonas. Nesse Diretório foi fundada uma biblioteca básica com livros cujo tema era a Filosofia. Um problema sério nessa época de início do Curso foi justamente a bibliografia. Tínhamos livros de História da Filosofia como os quatro volumes de Johannes Hirschberger, a História da Filosofia de Padovani, um sumário bem concatenado das principais ideias constantes da História da Filosofia e alguns outros. Quem tinha amizade com os Padres poderia frequentar a biblioteca do Seminário São José, muito rica para a época. Quem não tinha essa possibilidade ficava mesmo com as Histórias da Filosofia comprada nas livrarias de Manaus (Silva, 2021, p. 5-6).

Seguindo a trilha histórica, em 1978 foi fundado o CAFCA - Centro Acadêmico Filosófico Cultural do Amazonas, uma das entidades estudantis mais importantes do Amazonas pela promoção de intensa atividade política e cultural. Seu primeiro presidente foi o eminente sociólogo Ricardo Parente, compondo uma gestão com outros estudantes que se tornaram, mais tarde, profissionais expressivos em suas carreiras, artistas como Bernadete Andrade e Eliaquim Rufino, Públio Caio Bessa, promotor de

justiça, entre outros, que vieram também a ocupar as cadeiras do magistério superior em filosofia na Universidade Federal do Amazonas, como os Professores Gedeão Amorim, Guaraciaba Tupinambá Jr., Paulo Pinto Monte, Jerry Luiz Soares, Nelson Noronha, Maria do Socorro da Silva Jatobá, Lúcia Rocha Ferreira.

Na década de 1980, o CAFCA publicava boletins de grande repercussão na comunidade universitária, colocando-se como um dos principais articuladores do movimento estudantil amazonense frente à ditadura militar. Foi um dos principais organizadores do ENEFIL, o encontro que congrega nacionalmente os estudantes de filosofia no Brasil. Ainda nessa década, o CAFCA criou o Projeto Baluarte, liderado por um conjunto de estudantes com grande pendor artístico e literário como Bernadete Andrade, Natacha Andrade, Eliakin Rufino, Maria do Socorro Jatobá e Ângela Bulbol de Lima. Esse grupo promovia concursos de poesia, entre outras atividades capazes de mobilizar com entusiasmo a comunidade universitária no período de transição entre o final da ditadura e a redemocratização do país.

As décadas seguintes foram decisivas para impulsionar a busca pela qualificação docente na Universidade Federal do Amazonas, principalmente em função das melhorias vistas no quadro da conjuntura nacional, que resultou no aumento da oferta de bolsas pelas agências de fomento. O departamento de filosofia experimentou, no início dos anos 90, uma grande renovação em metade do seu quadro de professores, quando solicitaram suas aposentadorias. Como consequência disso, a geração subsequente de professores, a maioria apenas com a graduação, aceitou como tarefa a busca pelas titulações. O fenômeno foi observado na integralidade dos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Letras.

Uma década depois, coube aos professores qualificados a missão de organizar seus próprios cursos de pós-graduação. O sucesso dessa missão ainda se encontra em processo, mas já elevou, significativamente, a qualidade das pesquisas no norte do Brasil, fato que pode ser observado como um dos indicadores nacionais da pós-graduação brasileira, na formação de mestres e doutores aglutinados em grupos de pesquisa reconhecidos na Plataforma do Diretório dos Grupos de Pesquisa - CNPq. No cenário atual, a Universidade Federal do Amazonas e a Universidade Federal do Pará ocupam os primeiros lugares das universidades do norte brasileiro.

Por fim, é pertinente pontuar os esforços na área da pesquisa. Tal esforço se desdobra no volume de publicações dos professores que pertencem ao quadro atual, no trabalho na liderança de seus grupos de pesquisa formadores do espírito da pesquisa de iniciação científica e nas iniciativas interinstitucionais exitosas com outras universidades mais experientes do Brasil. Com essas ações, foi possível formar um quadro de doutores próprio, capaz de promover um curso de pós-graduação *Strictu sensu* em filosofia no Amazonas em nível de mestrado. Hoje, o departamento conta com esse curso que terá seu início em 08 de julho de 2025, somado ao outro Mestrado Profissional em Filosofia, com foco no ensino de filosofia, o PROF-FILO-UFAM, programa nacional em rede, coordenado pela Universidade Federal do Paraná, desde o ano de 2016.

Homenagem à Professora Maria Matilde Côrrea Hosannah da Silva

Está última seção tem como objetivo prestar homenagem ao corpo docente pioneiro que atuou nas primeiras décadas de funcionamento do curso de Filosofia em Manaus, por meio da trajetória exemplar da professora Maria Matilde Côrrea Hosannah da Silva, destacando sua contribuição para a consolidação do ensino superior de Filosofia na região.

Nos primeiros tempos de estruturação do curso, ensinar e aprender filosofia no Amazonas era um desafio, como já mencionado anteriormente, um dos principais obstáculos era a escassez de referências bibliográficas que permitissem ir além da leitura de manuais. Nas aulas em que a Profa. Matilde era aluna, essa ausência era compensada pelo modo como eram apresentados os conteúdos nas disciplinas, pelo estudo cobrado incessantemente aos alunos e seu entusiasmo em ensinar.

Antes da graduação, o interesse pelos estudos de filosofia havia começado em 1960, conforme relata, a partir da leitura do livro *As Grandes Amizades*, de Raïssa Maritain, filósofa judia ucraniana casada com Jacques Maritain, cuja importância foi fundamental por conta de sua aproximação com o cristianismo. Considera-se, ainda, a vivência da professora Matilde na Juventude Estudantil Católica (JEC) como decisiva

para a aproximação do pensamento filosófico. A entrevista de Silva amplia o contexto dessa vivência:

Houve um estímulo também por parte da Ação Católica. As leituras sobre ética, liberdade, direitos humanos, razão e espiritualidade que acompanharam a formação da Juventude Estudantil Católica (JEC) apontaram para a necessidade de aprofundamento. Acrescente-se às leituras o método de ver, julgar e agir que nos disciplinava. A escolha pelo estudo da Filosofia tem muito a ver com as experiências na Ação Católica, claro, que o impulso da religião à escolha do estudo teve de ser cuidado ao iniciar o curso. Coube ao Professor João Bosco Bezerra de Araújo “laicizar” a Filosofia tirando os aspectos religiosos que me impediam de raciocinar sobre os conceitos no estudo filosófico. Quando me referi às leituras dos boletins da JEC, quis exaltar o costume de ler, o que me faz refletir o porquê de nossos alunos não vicejam tanto no estudo da Filosofia: a falta de leitura. Lembro, entre meus colegas de classe na Faculdade, os que sobressaíam eram os que liam. Até hoje, infelizmente a falta de leitura dos textos clássicos e dos textos filosóficos, impedem o pensar, impedem o filosofar (Silva, 2025).

Outro aspecto a se considerar é que, além da formação religiosa e militante, o acesso ao acervo filosófico da família — especialmente da irmã, Maria José Corrêa Hosannah, também aluna do curso — favoreceu a ampliação de suas leituras. Uma das obras que marcaram esse período foi o *Fédon*, de Platão, na tradução da coleção editada pelo professor Carlos Alberto Nunes, da Universidade Federal do Pará.

Professora Matilde, em 1963, presta vestibular para o recém-criado curso de Filosofia, sendo, nesse processo seletivo, arguida pelo professor João Bosco Araújo. Após cursar o primeiro ano da graduação em Manaus, transferiu-se para Fortaleza, onde encontrou uma biblioteca bem equipada, administrada pelos seminaristas. Lá, teve contato com professores marcantes, como Parsifal Barroso, responsável pelas disciplinas de Teoria do Conhecimento e Cultura Brasileira, e Mirtes Amorim, que lecionava Axiologia.

De volta a Manaus para concluir sua graduação, a professora Matilde destaca os padres-professores Luiz Ruas, que lecionava a disciplina de Psicologia; e o argentino Cescon, responsável pelo ensino da Língua Grega. Antes de ingressar como docente na Universidade Federal do Amazonas, em 1973, atuou também no Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESC) fundado em 1970 e vinculado à CNBB. Muitos egressos dessa instituição seguiram para o campo da Licenciatura em Filosofia e de outras áreas do conhecimento.

Ao ser questionada sobre a experiência de lecionar Filosofia em instituições públicas e privadas, após sua aposentadoria na UFAM, a professora observou que o modelo empresarial das instituições privadas impõe uma organização mais rígida. No entanto, o perfil dos discentes - especialmente no que tange à resistência à leitura, ao desinteresse por essa prática – continuava sendo motivo de preocupação, quando considera a importância de leitura significativas na formação acadêmica em ambos os contextos.

Para a professora Matilde, o sucesso do curso de Filosofia deve-se ao destaque de alguns estudantes e ao compromisso de seus professores. Ao ser perguntada se tinha consciência da influência positiva que exerceu sobre os alunos ao longo de sua trajetória docente, respondeu que não, mas que sempre buscou realizar seu trabalho com seriedade. O mesmo fascínio que experimentou na juventude – seja pela leitura, seja pela convivência com docentes marcantes – manteve-se como norte ao longo de sua carreira. Entre esses docentes destaca reiteradamente o professor João Bosco Araújo, conforme relata:

O professor educa e o aluno aprende. Relatar aulas recebidas há 58 anos é algo incomum. Isso aconteceu porque as aulas foram o que devem ser todas as aulas e o professor, ah! O Professor, excelente! Cinquenta e oito anos depois dessas aulas o meu Professor outro dia, antes do isolamento da pandemia, deu-me uma nova lição, lição renovada há muito pouco tempo no mesmo local: encontrei-o em um supermercado e na alegria dos encontros eu percebo algumas sacolas de algodão em seu carrinho de compras. Meu querido mestre não usa as sacolas de plástico. Respeitando a ecologia usa as de algodão. Infelizmente essa lição eu não aprendi ainda. Obrigada Professor João Bosco Bezerra de Araújo! (Silva, 2021, p. 13).

Atualmente, os desafios enfrentados pelo curso são outros. Isso porque o aumento da oferta de cursos, a expansão das universidades públicas, a implementação dos cursos de pós-graduação e as políticas de incentivo à pesquisa, resultaram em uma melhoria qualitativa na docência universitária. O curso de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas participa ativamente das iniciativas de ensino, de pesquisa e de extensão promovidas pela instituição.

Após seis décadas de existência, é certo manter o sentimento de gratidão e orgulho para o legado deixado pelos que se empenharam em consolidar o ensino de Filosofia no Amazonas. Há de se entender o enfrentando de uma conjuntura política

adversa, o desinteresse das elites, a limitada vocação discente para o rigor do pensamento filosófico e a ausência de recursos bibliográficos. Ainda assim, o ânimo filosófico não arrefeceu, ao contrário, com poucos recursos, persistiram com afinco, com responsabilidade e com determinação.

Assim sendo, diante de toda a jornada do curso de filosofia e da professora Maria Matilde Hosannah da Silva, é pertinente estender o sentimento de gratidão ao demais professores que passaram pelo Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas.

Conclusão

Ao contrário de colônias espanholas como o México, que já no século XVI contavam com instituições universitárias, o Brasil, sob o domínio português, retardou a implementação do ensino superior em seu território. Essa resistência resultou em um atraso científico-intelectual e reforçou a dependência econômica que perdura em muitos aspectos até os dias atuais. Apenas com a chegada da corte portuguesa em 1808, foram criadas as primeiras escolas profissionalizantes, originadas das academias militares. Em 1920, a jovem República passou a designar universidade a união formal de quatro escolas superiores localizadas no Rio de Janeiro.

No contexto amazônico, a criação da Escola Livre Universitária de Manáos, em 1909, representou uma iniciativa singular, ainda que de curta duração. Sua desativação em 1926 interrompeu o processo de estruturação de ensino superior na região, que só seria retomado em 1965, no bojo das políticas desenvolvimentistas e da expansão do capital. O mesmo período testemunhou a criação da Zona Franca de Manaus, contribuindo para a urbanização e para o avanço da escolarização na capital amazonense.

Nesse cenário, destaca-se a criação da Faculdade de Filosofia, sancionada em 1959 e iniciada em 1961, por iniciativa do governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo. A faculdade se somou a outros cursos isolados e deu início a uma trajetória contínua de formação de professores para redes pública e privada. Deve-se também registrar o papel da Igreja Católica, sobretudo por meio do Seminário Diocesano São

José, que, com seu Núcleo de Estudos Filosóficos, contribuiu para o pensamento filosófico local e para a formação de importantes intelectuais.

Atualmente, além da UFAM, a cidade de Manaus conta com o curso de Filosofia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, criado em 2000, ofertando formação em bacharelado e licenciatura. No tocante à trajetória do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas, ela se inscreve no movimento de expansão e qualificação do ensino superior no Norte do país. Seus avanços incluem a interiorização do ensino, o crescimento da pesquisa, da pós-graduação e da extensão, consolidando o papel da filosofia como instrumento de formação crítica e desenvolvimento regional.

Passadas mais de seis décadas desde sua criação, o curso de Filosofia da UFAM permanece como referência intelectual e formadora no Amazonas, reafirmando o valor da reflexão filosófica para a compreensão da realidade e para a construção de uma sociedade mais justa, consciente e democrática.

Referências

ARAÚJO, João Bosco. Filosofia, desde quando? *Prisma*, Manaus, vol.3, jan./jun. p. 1-4, 2021.

CAFCA - Centro Acadêmico Filosófico Cultural do Amazonas. Disponível em: <https://cafcamanaos.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 15 de abril de 2025.

COSTA NETO, Pedro. Notas sobre o processo de institucionalização do ensino de filosofia no Brasil. *Eleuthería*, Campo Grande, vol.8, n.15, pp.160-172, 2023.

COSTA, Valcicleia Pereira da. Entrevista com a Professora Maria Hercília Tribuzy de Magalhães Pereira Cordeiro. *Prisma*, Manaus, vol.3, jan./jun. p. 01-10, 2021.

COSTA, Valcicleia Pereira da. Entrevista com o Professor Gedeão Timóteo Amorim. *Prisma*, Manaus, vol. 3, Jan. /jun. de 2021, p. 11-16.

JATOBÁ, Maria do Socorro da Silva; PINTO, Marilina Conceição Oliveira Bessa Serra. *Entrevista com a Professora Maria Matilde Corrêa Hosannah da Silva*. Manaus, 10 de abril de 2025.

MARTINS, Antônio Carlos. Ensino Superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cirúrgica Brasileira*, São Paulo, vol. 17 (suplemento 3), p.4-6, 2002.

NORONHA, Nelson. “Débout! Les Morts!” “O Jânio vem Aí!” Sua Excelência (O Governador) é por demais esclarecido. Pistas para o estudo da formação escolar e universitária na Fundação da Faculdade de Filosofia no Amazonas. *Prisma*, Manaus, vol.3, n.2, jul. /dez., p. 63-97, 2021.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Maria Matilde. Sessenta Anos do Curso de Filosofia: minha memória de 59 atrás. *Prisma*, Manaus, vol.3, n.1, jan./jun, p.05-13, 2021.

SILVA; MONTEIRO; DANTAS. A Universidade Federal do Amazonas e seu papel na construção da comunidade científica amazonense: história e consolidação. *Braslian Journal of Developement*. Curitiba, vol.7, n.3, p.21834-21847, mar, 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no *Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968, p. 21-82. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br> . Acesso em: 30 de março de 2025.

TORRES, I. C. O Idealizador da Faculdade de Filosofia do Amazonas e o Ateneu Romano. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*. Manaus, v.8, n.2, pp. 169-175, 2012. Disponível em: <http://periódicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view.313>. Acesso em: 26 de março de 2025.

TORRES, I.C. *Arquitetura do Poder*: memória de Gilberto Mestrinho. 2. ed. Alexa Cultural: São Paulo, SP; EDUA: Manaus, AM, 2022.

Recebido em: 02/05/2025

Aprovado em: 08/07/2025